

Dívida renegociada sem o aval do FMI

15 MAR 1986

Valter Melo

A grande conquista do primeiro ano da "Nova República", na área do Banco Central, foi a renegociação da dívida externa sem o aval do FMI. Graças à perspicácia dos novos negociadores, o Fundo Monetário Internacional deixou de conviver com o dia-a-dia dos brasileiros. Sem o aval do Fundo, o Brasil conseguiu rees-ralonar, para pagamento depois de 1989, US\$ 6,1 bilhões do principal da dívida vencido ano passado, com uma vantagem adicional: reduziu-se a taxa de juros, significando um ganho para o país acima de US\$ 300 milhões.

Também sem o aval do Fundo, os bancos estrangeiros concordaram em prorrogar até março de 1987 as linhas de crédito comerciais e interbancárias para o Brasil, no total de US\$ 15,5 bilhões. É verdade que as coisas foram facilitadas com o "ajustamento" praticado pelo Governo anterior, que elevou o saldo da balança comercial para além dos históricos US\$ 10 bilhões, o que mostrou a capacidade real do Brasil em continuar honrando seus compromissos financeiros externos (juros), mesmo que o principal da dívida não pudesse ser pago.

Mas se o Banco Central soube até agora administrar convenientemente a dívida externa do País, isso não quer dizer que o Governo como um todo não tenha vacilado em passar ou não previamente pelo caixa do FMI. Os contatos com o Fundo foram iniciados a partir da posse do primeiro presidente do BC na "Nova República", Antônio Carlos Lemgruber. Ele, ao lado do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, caminhava no sentido de assinar um acordo com o Fundo, mas foi atropelado pelos acontecimentos políticos que levaram tanto ele quanto Dornelles à demissão, em 26 de agosto. Com a posse de Fernão Bracher, no BC, e Dilson Funaro, na Fazenda, os contatos com o FMI mudaram de rumo.

A administração Lemgruber no Banco Central chegou a ser "dolorosa" para a economia. Ele elevou as taxas de juros de 13% para 22% ao mês sobre os títulos da dívida pública — provocando uma especulação muito grande no mercado financeiro e bancário — e alterou a política cambial e os critérios da correção mo-



netária, em abril de 1985. Esses dois instrumentos de política econômica passaram a ser fixados de acordo com a média geométrica trimestral da inflação. As primeiras consequências atingiram a caderneta de poupança, onde os saques passaram a ser maior que os depósitos, e o dinheiro se evadiu para ativos mais rentáveis, onde pudesse ser protegido da inflação galopante. Houve também desestímulo momentâneo às exportações. Lemgruber ainda implantou o esquema de desvalorização diária do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano, que vigorou até 28 de fevereiro último.

Ao tomar posse, em agosto, Dilson Funaro e Fernão Bracher restabeleceram a paridade da correção monetária e desvalorização cambial mês a mês e, já em setembro, as taxas de financiamento dos títulos da dívida pública começaram a cair, mas os juros dos demais segmentos do mercado financeiro permaneceram elevados, diante da expectativa de uma hiperinflação. Agora, com a Reforma Monetária, os juros da dívida pública foram fixados um pouco acima de 1,2% ao mês e a paridade entre o dólar e o cruzeiro está fixa, por um prazo indeterminado.

Na área do Banco do Brasil, as mudanças da "Velha" para a "Nova República" foram substanciais. O BB, que no tempo do então ministro

Delfim Netto vinha sendo atropelado pelas políticas de combate à inflação e de redução do crédito à agropecuária, teve sua participação no mercado financeiro reduzida para 8% de todos os empréstimos do sistema, aí incluídos os bancos brasileiros e os estrangeiros que atuam no País. Na outra face da moeda, as instituições de crédito privadas avançaram abocanhando a fatia que antes pertencia ao Banco do Brasil.

Com a "Nova República", a participação do BB foi elevada para 13% em um ano e os recursos do crédito rural ficaram mais folgados. Entretanto, foi durante o Governo atual que o Banco do Brasil sofreu a mais profunda reestruturação de suas atribuições nos últimos 150 anos. Uma medida do Conselho Monetário Nacional, datada de 31 de janeiro passado, extinguiu a contagem do movimento, instrumento pelo qual o BB exercia, junto com o Banco Central, a função de autoridade monetária — papel que é caracterizado pelo poder de colocar papel-moeda novo em circulação. Em fins de 1984, o então ministro da Fazenda, Ernane Galvães, tentou adotar medida semelhante, que fracassou por falta de sustentação política.

Com a criação da Secretaria do Tesouro, na última quarta-feira, todos os recursos manipulados pelo Banco do Brasil, com fins de execução da política creditícia do Governo, serão oferecidos por aquele órgão, que centralizara os gastos e receitas públicas. Em contrapartida, o BB — que se coloca entre os 40 maiores bancos do mundo — recebeu autorização do Ministério da Fazenda para iniciar um plano de expansão de suas operações, podendo, de acordo com a sua exclusiva conveniência, operar na área de mercado de capitais. O BB também abrirá uma caderneta de poupança rural, destinada a financiar as atividades do setor, reforçando seu poder de fogo frente aos conglomerados privados.

Além disso, a nova diretoria do BB, presidida por Camilo Calazans, iniciou e concluiu um plano de "enxugamento" do banco, fechando 24 instalações na América Latina, Estados Unidos, Europa e África, porque davam prejuízo e pela desnecessidade política da presença do BB em determinadas localidades.